

EDP Transmissão Goiás S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
EDP Transmissão Goiás S.A.
Goiânia - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Goiás S.A. (nova denominação da Celg Transmissão S.A.) (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão Goiás S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes relativo ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 5, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de fevereiro de 2023, sem qualquer modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao



longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	215.892	196.090	144.117
Disponibilidade da rede elétrica	8	30.687	26.206	32.229
Outros tributos compensáveis	9	5.037	2.106	1.610
Cauções e depósitos vinculados	12	9.614		
Ativos da concessão	13	206.919	156.881	170.430
Outros créditos	14	11.081	14.066	32.842
Total do Ativo Circulante		479.230	395.349	381.228
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	12	2.644	16.224	12.219
Ativos da concessão	13	1.283.954	1.129.554	1.207.931
Outros créditos	14	333		12.361
		1.286.931	1.145.778	1.232.511
Investimentos		532	532	215.205
Propriedades para investimentos	18	52.487	53.552	70.552
Imobilizado		7.457	2.231	7.594
Intangível		1.759	1.764	8.672
		62.235	58.079	302.023
Total do Ativo Não circulante		1.349.166	1.203.857	1.534.534
TOTAL DO ATIVO		1.828.396	1.599.206	1.915.762
PASSIVO				
PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado
Circulante				
Fornecedores	15	25.613	2.864	7.253
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9	1.676	7.492	22.028
Outros tributos a recolher	9	16.651	4.477	4.808
Dividendos	16	61.169	35.246	39.340
Empréstimos e financiamentos	19	11.522	12.103	10.693
Encargos Setoriais	21	7.151	4.537	3.338
Provisões	22	4.391		
Outras contas a pagar	14	12.008	6.387	5.933
Total do Passivo Circulante		140.181	73.106	93.393
Não circulante				
PIS e COFINS diferidos	10	127.810	109.695	113.731
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	10	301.774	257.156	251.688
Empréstimos e financiamentos	19	74.303	85.144	95.747
Encargos Setoriais	21	1.353	1.880	5.420
Provisões	22	7.131	12.291	7.081
Outras contas a pagar	14	3.933	3.015	5.268
Total do Passivo Não circulante		516.304	469.181	478.935
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	23.1	328.750	328.750	670.449
Reservas de lucros	23.3	843.287	774.437	682.655
Outros resultados abrangentes	23.4	(126)	(1.365)	(3.324)
Prejuízos acumulados			(44.903)	(6.346)
Total do Patrimônio líquido		1.171.911	1.056.919	1.343.434
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.828.396	1.599.206	1.915.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2022	2021
Receitas	24	407.657	229.765
Custos			Reapresentado
Custo de operação		(50.417)	(39.276)
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(101.442)	(21.913)
	25	(151.859)	(61.189)
Lucro bruto		255.798	168.576
Despesas e Receitas operacionais	26		
Despesas gerais e administrativas		(18.510)	(33.630)
Outras despesas e receitas operacionais		(6.038)	2.686
		(24.548)	(30.944)
Resultado das participações societárias			6.525
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		231.250	144.157
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		24.071	9.198
Despesas financeiras		(10.713)	(16.723)
		13.358	(7.525)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		244.608	136.632
Tributos sobre o lucro	28		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.209)	(23.980)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(44.683)	(21.578)
		(58.892)	(45.558)
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	17		18.772
Lucro líquido do exercício		185.716	109.846
Resultado por ação atribuível aos acionistas	29		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,56325	0,33315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2022	2021
Lucro líquido do exercício	185.716	Reapresentado 109.846
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1.173	1.959
Imposto de renda e contribuição social diferidos	66	
Resultado abrangente do exercício	186.955	111.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	670.449	646.264	(3.324)	-	1.313.389
Ajustes de exercícios anteriores		36.391		(6.346)	30.045
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	670.449	682.655	(3.324)	(6.346)	1.343.434
Cisão de operações descontinuadas	(341.699)	(21.375)			(363.074)
Lucro do exercício				109.846	109.846
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		7.420		(7.420)	-
Reserva de retenção de lucros		105.737		(105.737)	-
Dividendos propostos				(35.246)	(35.246)
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.959		1.959
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	328.750	774.437	(1.365)	(44.903)	1.056.919
	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	328.750	774.437	(1.365)	(44.903)	1.056.919
Ajuste de Avaliação Patrimonial					-
Lucro líquido do exercício				185.716	185.716
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		7.040		(7.040)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(71.963)	(71.963)
Dividendo adicional proposto		61.810		(61.810)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.173		1.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos			66		66
Saldos em 31 de dezembro de 2022	328.750	843.287	(126)	-	1.171.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>Reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		244.608	136.632
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão		(242.801)	(127.546)
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(30.259)
Depreciações e amortizações		882	839
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		9.284	16.342
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.081	(87)
Resultado de participações societárias			(6.525)
Propriedades para investimentos		1.071	(201)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		261	14
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1.412)	
Outros		110	900
		<u>16.084</u>	<u>(9.891)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Disponibilidade da rede elétrica		(4.481)	3.411
Ativos da concessão		157.886	172.862
Outros tributos compensáveis		(4.001)	(14.210)
Estoques		(1.235)	1.656
Cauções e depósitos vinculados		(36)	(2.096)
Outros ativos operacionais		3.794	15.020
		<u>151.927</u>	<u>176.643</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		16.952	(3.808)
Outros tributos a recolher		2.015	4.483
Benefícios pós-emprego		(282)	246
Obrigações Sociais e Trabalhistas		875	156
Encargos setoriais		1.919	(2.314)
Provisões		(509)	
Outros passivos operacionais		6.272	(714)
		<u>27.242</u>	<u>(1.951)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>195.253</u>	<u>164.801</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.612)	(29.616)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>175.641</u>	<u>135.185</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento		(7)	
Dividendos recebidos			3.886
Adiantamento para futuro aumento de capital			(110)
Adições aos Ativos da concessão		(103.125)	(22.113)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(103.132)</u>	<u>(18.337)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		3.349	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(35.246)	(39.340)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos		(10.748)	(9.319)
Pagamentos de encargos de dívidas		(9.958)	(16.216)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(104)	
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento			
	31.1	<u>(52.707)</u>	<u>(64.875)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>19.802</u>	<u>51.973</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		215.892	196.090
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		196.090	144.117
		<u>19.802</u>	<u>51.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP TRANSMISSÃO GOIÁS S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		Reapresentado
Geração do valor adicionado	483.298	320.716
Receita operacional	189.932	113.033
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	(287)	2.453
Receita relativa à construção de ativos próprios		1.259
Receita de Construção	120.816	19.838
Remuneração dos Ativos da concessão	172.837	153.594
Outras Receitas		30.539
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(126.346)	(75.991)
Custos da energia comprada		(1)
Encargos de uso da rede elétrica		(193)
Materiais	(1.915)	(3.234)
Serviços de terceiros	(14.861)	(13.068)
Custo com construção da infraestrutura	(101.442)	
Outros custos operacionais	(8.128)	(59.495)
Valor adicionado bruto	356.952	244.725
Retenções		
Depreciações e amortizações	2.967	(996)
Valor adicionado líquido produzido	359.919	243.729
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	25.289	9.708
Resultado da equivalência patrimonial		22.260
Valor adicionado total a distribuir	385.208	275.697
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	34.821	33.246
Benefícios	5.036	8.338
FGTS	6.527	2.348
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	140.170	103.357
Estaduais	219	45
Municipais	752	1.366
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	10.713	16.712
Aluguéis	1.254	439
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	71.963	
Dividendos		35.246
	271.455	201.097
Resultado líquido do exercício	113.753	74.600
	385.208	275.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás ou Companhia), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada direta da Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina ou Controladora) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Goiânia, no Estado de Goiás, foi constituída em 26 de dezembro de 2005, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a exploração técnica e comercial de instalações de transmissão, que lhe foram outorgadas pelo Poder Concedente, por meio de contratos de concessão específicos.

Em 14 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, venceu a licitação na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar nº 02/2021, para alienação de 100% das ações da EDP Transmissão Goiás S.A. ("EDP Goiás") pertencentes à Companhia Celg de Participações – CelgPar. Nos termos do edital, a liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, estão sujeitas a homologação do resultado do leilão pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, anuência da ANEEL e consumação do direito de preferência dos acionistas minoritários da CelgPar, que totalizam 0,1% de participação. As referidas aprovações e homologações ocorreram até 07 de fevereiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a EDP - Energias do Brasil divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.).

Em Assembleia Geral ocorrida em 17 de março de 2022, foi aprovada a alteração da denominação social de CELG Transmissão S.A. para EDP Transmissão Goiás S.A.

A Companhia possui linhas e subestações de transmissão pertencentes à rede básica do sistema brasileiro de transmissão.

2 Concessão

A transferência da concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia Energética de Goiás para a EDP Goiás foi aprovada pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 643, de 25 de julho de 2006.

A Companhia detém junto à ANEEL as seguintes concessões de transmissão:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha	Início	Término	Prorrogação	nº Contrato
744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV	01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	063/2001(*)
11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV	06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	003/2015
0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático	20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	004/2016

(*) O contrato possui um marco regulatório específico conforme nota 2.1 e é regido pela lei 12.783/2013.

Os contratos apresentam vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

2.1 Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de Concessão nº 063/2001, prorrogado nos termos da Lei 12.783/2013, a RAP da Companhia passou a ser de R\$258.044, sendo o valor de R\$34.118 referente ao Componente Financeiro e R\$52.694 referente ao Componente Econômico dos ativos de transmissão indenizados nos termos da Portaria MME 120/2016, R\$67.993 referente aos custos de Operação e Manutenção (Custos Operacionais) e R\$103.241 relativos aos novos empreendimentos de transmissão.

Já os contratos de Concessão nº 003/2015 e 004/2016 estabelecem que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$1.640 e R\$17.489, respectivamente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Nota 6.1), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$289.005 para os contratos de concessão 063/2001, 003/2015 e 004/2016.

2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Licenças ambientais

A Companhia apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Descrição da linha	Órgão licenciador	Processo	Licenças (l)
LT Cachoeira Dourada - Anhanguera C1	SEMAD-GO	2335/2014	LF nº 58/2021
LT Anhanguera - Goiânia Leste C1	SEMAD-GO	2241/2014	LF nº 915/2018
LT Cachoeira Dourada - Anhanguera C2	SEMAD-GO	22504/2013	LF nº 1447/2016
LT Xavantes - Goiânia - Leste C1	SEMAD-GO	2246/2014	LF nº 133/2021
LT Anhanguera - Carajás	SEMAD-GO	22768/2013	LF nº 876/2018
LT Xavantes - Bandeirantes C1	SEMAD-GO	2336/2014	LF nº 1442/2016
LT Xavantes - Bandeirantes C2	SEMAD-GO	2338/2014	LF nº 936/2018
LT Itumbiara Furnas - Paranaíba C1	SEMAD-GO	2250/2014	LF nº 1518/2016
LT Itumbiara Furnas - Paranaíba C2	IBAMA	02001.004912/2015-61	LO nº1443/2018
LT Bairro Alto - Itapaci C1	SEMAD-GO	2244/2014	LF nº 938/2018
LT Palmeiras - Firminópolis C1	SEMAD-GO	2248/2014	LF nº 913/2018
LT Carajás - Palmeiras C1	SEMAD-GO	22195/2013	LF nº 935/2018
SE Luziânia - Acessante	IBAMA	02001.004366/2016-49	LO nº 1456/2018
SE Águas Lindas de Goiás - 230 KV	SEMAD-GO	2245/2014	LF nº 1466/2015
SE Itapaci Nova (PROVISORI 230 /69/34,5 KV)	SEMAD-GO	2251/2014	LF nº 352/2022
SE Itapaci Ampliação	SEMAD-GO	1097/2020	LI nº 589/2020
SE Carajás 230 KV	SEMAD-GO	7304/2014	LF nº 300/2019
SE Goiânia Leste 230 KV	SEMAD-GO	22200/2013	LF nº 2403/2015
SE Palmeiras	SEMAD-GO	2252/2014	LF nº 1494/2015
SE Firminópolis	SEMAD-GO	22198/2013	LF nº 1467/2015

Descrição da linha	Órgão licenciador	Processo	Licenças (l)
SE Anhanguera	SEMAD-GO	2247/2014	LF nº 112/2022
SE Paranaíba	SEMAD-GO	22489/2013	LF nº 294/2022
SE Planalto	SEMAD-GO	2340/2014	LF nº 335/2022
SE Xavantes	SEMAD-GO	2343/2014	LF nº 295/2022
SE Cachoeira Dourada	SEMAD-GO	2249/2014	LF nº 334/2022
SE Pirineus	SEMAD-GO	4203/2015	LF nº 333/2022

(l) Siglas e suas definições: LP – Licença Prévia, LI – Licença de Instalação, LAP – Licença Ambiental Prévia, LAI – Licença Ambiental de Instalação, LPI – Licença Prévia de Instalação, LO – Licença de Operação.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

4.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 30.1.1.

4.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 13); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 10); Determinação dos déficits/superávits relacionados aos planos de benefícios pós-emprego (Nota 20); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 22.2); Propriedade para investimento (Nota 18); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30.1.2.1).

4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativos financeiros de concessão

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

4.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Reapresentação do exercício anterior

A Companhia está reapresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31 de dezembro de 2021, originalmente autorizadas em 27 de janeiro de 2022. Conforme descrito na Nota Explicativa nº1, em 07 de fevereiro de 2022 a Companhia foi adquirida pela EDP - Energias do Brasil, e após a combinação de negócio, no processo de revisão das práticas contábeis adotadas pela nova administração foi efetuada adoção do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/20.

Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar os exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, como se estivessem corretos nas respectivas datas, sendo os ajustes registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo:

5.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2021			31/12/2020		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Circulante						
Total do Ativo Circulante	395.349		395.349	381.228		381.228
Não circulante						
Ativos da concessão	1.197.172	(67.618)	1.129.554	1.218.630	(10.699)	1.207.931
Outros créditos				12.361		12.361
Total do Ativo Não circulante	1.213.396	(67.618)	1.145.778	1.213.396	(10.699)	1.145.778
TOTAL DO ATIVO	1.666.824	(67.618)	1.599.206	1.666.824	(10.699)	1.599.206

	31/12/2021			31/12/2020		
	Publicado	Ajustes	Reapresenta- do	Publicado	Ajustes	Reapresenta- do
PASSIVO						
Circulante						
Total do Passivo Circulante	73.106		73.106	93.393		93.393
Não circulante						
Tributos diferidos	394.761	(27.910)	366.851	369.772	(4.353)	365.419
Provisões	7.096	5.195	12.291	7.081		7.081
Total do Passivo Não circulante	491.896	(22.715)	469.181	483.288	(4.353)	478.935
Patrimônio líquido						
Prejuízos acumulados		(44.903)	(44.903)		(6.346)	(6.346)
Total do patrimônio líquido	1.101.822	(44.903)	1.056.919	1.349.780	(6.346)	1.343.434
TOTAL DO PASSIVO	1.666.824	(67.618)	1.599.206	1.666.824	(10.699)	1.599.206

5.2 Demonstração do Resultado

	2021		
	Publicado	Ajustes	Reapresenta- do
Receitas	265.995	36.230	229.765
Custos			
Custo de operação	(34.081)	5.195	(39.276)
Lucro bruto	210.001	41.425	168.576
Despesas e Receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	19.681	16.995	2.686
	(13.949)	16.995	(30.944)
Resultado das participações societárias	6.525		6.525
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	202.577	58.420	144.157
Resultado financeiro			
	(7.525)		(7.525)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	195.052	58.420	136.632
Tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(41.441)	(19.863)	(21.578)
	(65.421)	(19.863)	(45.558)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.772		18.772
Resultado líquido do exercício	148.403	38.557	109.846

5.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021		
	Publicado	Ajustes	Reapresenta- do
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	195.052	(58.420)	136.632
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Remuneração dos Ativos da concessão	(161.445)	33.899	(127.546)
	14.630	(24.521)	(9.891)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Ativos da concessão	154.371	18.491	172.862
Outros ativos operacionais	14.750	270	15.020
	157.882	18.761	176.643
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Outros passivos operacionais	(242)	(472)	(714)
	(1.479)	(472)	(1.951)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	141.417	(6.232)	135.185
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições aos Ativos da concessão	(24.367)	4.529	(19.838)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.866)	4.529	(18.337)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social líquido do custo de emissão	(1.703)	1.703	-
Caixa líquido proveniente das atividades financiamento	(66.578)	1.703	(64.875)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.973	-	51.973

5.4 Demonstração do Valor Adicionado

	2021		Reapresenta- do
	Publicado	Ajustes	
Geração do valor adicionado	360.639	(39.923)	320.716
Receita operacional	302.021	(35.394)	266.627
Receita relativa à construção de ativos próprios	25.626	(4.529)	21.097
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(53.801)	(22.190)	(75.991)
Outros custos operacionais	(37.305)	(22.190)	(59.495)
Valor adicionado total a distribuir	337.810	(62.113)	275.697
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	126.913	(23.556)	103.357
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio	-	35.246	35.246
	189.407	11.690	201.097
Lucros retidos	148.403	(73.803)	74.600
	337.810	(62.113)	275.697

6 Eventos significativos no exercício

6.1 Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 11,73% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho – DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de reconsideração interpostos pela Companhia, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. (nota 13.2).

6.2 Aquisição adicional de ações da Companhia

Em dezembro de 2022, a Controladora da Companhia adquiriu ações, sendo ao todo, 16.077 ações ordinárias. Dessa forma, a Controladora passou a deter 329.720.499 ações, que representam 99,9989% do capital social total da Companhia (Nota 23.1).

6.3 Medidas da ANEEL para regulação de transmissão de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 1.562 em 22 de setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Companhia.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação. (Nota 9)
Resolução Normativa nº 1.052 de 09 de dezembro de 2022	A REN nº 1.052/22 aprovando a revisão do Módulo 1 e do Módulo 3 das Regras dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica.	A Companhia precisará se adequar às novas regras estabelecidas pela REN que entra em vigor em julho de 2023.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.141	2.728
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	214.751	193.362
	214.751	193.362
Total	215.892	196.090

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 92,00% a 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 30.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

8 Disponibilidade da rede elétrica

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade de uso da rede elétrica	30.687	26.158
Outros créditos		48
	<u>30.687</u>	<u>26.206</u>

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R\$30.687 (R\$26.158 em 31 de dezembro de 2021), refere-se, substancialmente, ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. A variação no exercício decorre principalmente do aumento da receita da Companhia, dado o reajuste anual que ocorreu em julho de 2022, o qual além de aplicar a inflação definida pela ANEEL, também homologou dezessete novas funções de transmissão, para as quais as RAPs cujo status em 2021 eram previstas, tornaram-se ativas e constituíram o direito ao recebimento pela Companhia (Nota 6.1).

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Disponibilidade da rede elétrica e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

9 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis						
Outros tributos compensáveis						
PIS e COFINS	-	709			(657)	52
IRRF sobre aplicações financeiras	-	2.732			2.040	4.772
IR/CS retidos sobre faturamento	-	248			(46)	202
Outros	2.106	312			(2.407)	11
Total Circulante	<u>2.106</u>	<u>4.001</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.070)</u>	<u>5.037</u>
Passivos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social a recolher						
	7.492	14.209		(8.042)	(11.983)	1.676
Total Circulante	<u>7.492</u>	<u>14.209</u>	<u>-</u>	<u>(8.042)</u>	<u>(11.983)</u>	<u>1.676</u>
Outros tributos a recolher						
ICMS	-	5.701		(4.801)		900
PIS e COFINS	1.988	27.770		(26.220)	(657)	2.881
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	147	1.831		(926)		1.052
IRRF sobre juros s/ capital próprio	-	10.794				10.794
Encargos com pessoal	2.292	11.931	22	(13.221)		1.024
Outros	50			(50)		-
Total Circulante	<u>4.477</u>	<u>58.027</u>	<u>22</u>	<u>(45.218)</u>	<u>(657)</u>	<u>16.651</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

A Companhia, conforme publicação do Diário Oficial de 20 de dezembro de 2022, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI as obras de reforços das subestações Xavantes (Ato declaratório executivo 122/2022) e Pirineus (Ato declaratório Executivo 123/2022). O REIDI, que foi instituído pela Lei nº 11.488/07, concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o PIS, o PIS/PASEP e o COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens da concessão.

9.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$10.794 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

10 Tributos diferidos

Nota	Passivo		
	Não circulante		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
PIS e COFINS	127.810	109.695	113.731
Imposto de renda e contribuição social	301.774	257.156	251.679
Outros			9
Total	<u>429.584</u>	<u>366.851</u>	<u>365.419</u>

10.1 PIS e COFINS

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 9,25%.

10.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio líquido
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022
	Reapresenta- do		Reapresenta- do		Reapresenta- do		
Diferenças Temporárias							
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	109	762			(653)	965	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.679	1.249			430	65	
Valor justo de terrenos para investimento			17.456	17.820	364	15.400	
Atualização dos ativos da concessão			330.597	281.361	(49.236)	(72.268)	
PIS e COFINS sobre ativos da concessão	42.793	36.703			6.090	32.531	
Benefícios pós-emprego - PSAP	66						66
Licenças ambientais	992	1.766			(774)	1.766	
Outras	915	1.545	275		(904)	(37)	
Total diferenças temporárias	46.554	42.025	348.328	299.181	(44.683)	(21.578)	66
Total bruto	46.554	42.025	348.328	299.181	(44.683)	(21.578)	66
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(46.554)	(42.025)	(46.554)	(42.025)			
Total	-	-	301.774	257.156			

10.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	Total Não circulante
9.637	9.637	9.637	8.821	8.822	46.554

11 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante	Não circulante	Recargas (Despesas)
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	Operacionais 2022
Disponibilidade da rede elétrica (Nota 8)					
Uso do sistema de transmissão					
EDP Espírito Santo	Controle Comum	23/12/2019 a 17/07/2025	181		1.465
EDP São Paulo	Controle Comum	23/12/2019 a 23/11/2028	289		1.924
Enerpeixe	Controle Comum	01/03/2006 a 30/11/2036	17		176
Lajeado	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033	23		238
Investco	Controle Comum	01/11/2001 a 31/01/2033			3
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/11/2014 a 31/12/2048	7		73
São Manoel	Controle Comum	01/11/2017 a 30/04/2049	46		375
Porto do Pecém	Controle Comum	01/01/2013 a 31/07/2043	18		257
CEJA	Controle Comum	01/04/2013 a 31/12/2044	11		115
			592	-	4.626
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 14)					
Contrato de prestação de serviços (a)					
Porto do Pecém	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	117		117
Investco	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	553		553
CEJA	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348		348
Cachoeira Caldeirão	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	348		348
Enerpeixe	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	344		344
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	32		32
São Manoel	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	340		340
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	347		347
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	372		371
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	306		306
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	01/06/2022 a 01/06/2023	50		50
Central Eólica Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47		48
Central Eólica Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47		48
Central Eólica Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47		48
Central Eólica Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	47		48
Central Eólica Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 01/06/2023	41		40
			3.386	-	3.388
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)					
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2026		9	(159)
EDP São Paulo	Controle Comum	01/02/2022 a 31/12/2022		17	(22)
Compartilhamento de BackOffice (c)					
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/02/2022 a 31/12/2023		39	702
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)					
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2022		11	1.810
			-	50	2.331
			3.978	26	10.345

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contratos de Prestação de serviços

Foi aprovado pela ANEEL, em 03 de março de 2021, por meio do Despacho nº 588, o Contrato de Prestação de serviços de operação remota na modalidade "Tempo Real", em regime de turnos contínuos de vinte e quatro horas, durante os sete dias da semana, entre a EDP Transmissão Litoral Sul e a EDP Trading.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 1º de junho de 2024.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação pela EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento. O contrato tem vigência até 31 de dezembro de 2026.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (**), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021, desde janeiro de 2022 estão excluídas tais empresas do compartilhamento, cujo critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás como partes do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima e são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *BackOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (**), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anuído previamente pela ANEEL, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, conseqüentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à EDP - Energias do Brasil.

(**) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, conseqüentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à EDP - Energias do Brasil.

11.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

11.2 Remuneração dos administradores

	Diretoria Estatutária	
	2022	2021
Remuneração	687	2.490
Benefícios	45	79
Total	732	2.569

12 Cauções e Depósitos Vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais		2.579	36	6		(2.065)	556
Cauções vinculadas a empréstimos, financiamento	12.1	12.880	96	1.406	(3.445)		10.937
Outros cauções		765					765
		16.224	132	1.412	(3.445)	(2.065)	12.258
Circulante		-					9.614
Não Circulante		16.224					2.644

12.1 Cauções vinculadas a empréstimos, financiamentos e debêntures

Refere-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo a 6 (seis) parcelas do serviço da dívida. Após análise da Companhia, foi realizado o resgate no montante de R\$2.065 do saldo excedente para ajuste na estimativa das próximas parcelas.

13 Ativos da concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº122/22 e nº128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• **Modelo do ativo intangível**

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• **Modelo bifurcado**

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 24 - Receitas.

No advento do termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

De acordo com CPC 47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais devem seguir os requisitos do CPC 48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 30.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Remuneração	Faturamento de RAP	Margem na construção	Operações descontinuadas (Nota 17)	Outros	Valor líquido em 31/12/2021
Ativos da concessão	1.378.361	18.921	167.489	(172.862)	901	(63.264)	(43.111)	1.286.435
Circulante	170.430							156.881
Não circulante	1.207.931							1.129.554
	<u>1.378.361</u>							<u>1.286.435</u>

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 13.1, 24 e 25)	Remuneração (Nota 24)	Faturamento de RAP (Nota 8)	Margem na construção (Nota 24)	Outros (Nota 13.2)	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão	1.286.435	101.442	172.837	(173.978)	8.204	95.933	1.490.873
Circulante	156.881						206.919
Não circulante	1.129.554						1.283.954
	<u>1.286.435</u>						<u>1.490.873</u>

Do saldo total de R\$1.490.873: (i) R\$1.099.764 refere-se ao contrato 063/2001; (ii) R\$212.280 refere-se ao contrato 004/2016; (iii) R\$26.872 refere-se ao contrato 003/2015; e (iv) R\$151.957 refere-se aos novos investimentos do contrato 063/2001.

13.1 Adições

Em 27 de fevereiro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 8.614 a ANEEL autorizou a Companhia a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, sobre o empreendimento SE Itapaci, para o qual no momento da autorização fora definida a RAP de R\$9.187, a ser corrigida anualmente pelo indexador IPCA.

13.2 Outros

Do montante de R\$95.933, R\$75.789 refere-se a RAP homologada por meio da REH nº 3.067. De acordo base nas regras de reajuste e revisão previstas nos contratos de concessão e na regulamentação setorial (PRORET), as quais estão sujeitas ao reajuste inflacionário. O montante são reconhecidos e remensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente. Quando são homologados os novos valores de receita, a companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2022/23, o efeito inflacionário de 11,73% (Nota 6.1).

14 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos		1.851	1.122	
Dispêndios a reembolsar		20	3	
Bens destinados à alienação	14.1	746	11.166	
Serviços em curso		90		
Serviços prestados a terceiros		53	90	
Ressarcimento de custos – CDE		663		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11	3.386	50	
Despesas pagas antecipadamente		1.640	1.217	
Estoques	14.2	1.671	436	
Outros		961	32	283
Total		<u>11.081</u>	<u>14.066</u>	<u>333</u>
Outras contas a pagar - Passivo				
Credores diversos - consumidores e concessionárias			13	
Folha de pagamento		773	129	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	11		26	
Benefícios pós-emprego		31	264	1.498
Obrigações sociais e trabalhistas	14.3	6.361	5.486	
Arrendamentos e aluguéis		236	457	
Parcela de ajuste	14.4	1.295	2.420	
Outros	14.1	3.312	624	1.517
Total		<u>12.008</u>	<u>6.387</u>	<u>3.015</u>

Nota explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****14.1 Bens destinados à alienação**

A redução refere-se, substancialmente, à baixa de materiais adquiridos para os projetos de reforço e melhoria da Companhia, sendo principalmente para o projeto em desenvolvimento de Cachoeira Dourada.

14.2 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

14.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

14.4 Parcela de ajuste

O saldo total de R\$3.715 no Circulante e Não Circulante, refere-se a estimativa da Parcela de Ajuste - PA correspondente ao ciclo 2022/2023, a qual reflete as diferenças entre os duodécimos da RAP, estabelecida pela ANEEL, e os valores dos Avisos de Crédito – AVC, emitidos pelo ONS. A PA é calculada pela ANEEL ao final do ciclo corrente e aplicada no próximos doze meses, sendo o valor homologado juntamente com o novo valor de receita da Companhia, após o processo de RTA ou RTP, conforme data definida em contrato de concessão (Nota 6.1).

15 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede elétrica			19
Materiais e serviços	15.1	25.613	2.845
Total		25.613	2.864

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Materiais e serviços

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$25.613 (R\$2.845 em 31 de dezembro de 2021) é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia, além da aquisição de ativos do contrato de COGT (Nota 11).

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos

Foi aprovada em AGOE, realizada em 02 de fevereiro de 2022, a destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$148.403 da seguinte forma: (i) R\$7.420 como reserva legal; (ii) R\$35.346 como dividendos; e (iii) R\$105.737 como reserva de lucros. Os dividendos foram pagos ao acionista integralmente em janeiro de 2022.

JSCP

Em RCA - Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2022, foi aprovada a constituição de JSCP relativo ao exercício de 2022, no montante de R\$71.963, sendo R\$61.169 líquido de imposto de renda. O pagamento do JSCP será realizado após deliberação da Administração.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	31/12/2021	JSCP	Pagamentos	31/12/2022
Acionistas não controladores	-	1		1
CELGPAR	35.246		(35.246)	-
Santa Leopoldina	-	61.168		61.168
Total dividendos passivo	35.246	61.169	(35.246)	61.169

17 Operações Descontinuadas

Em 2021, a Administração anterior da Companhia aprovou os termos e condições do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial seguida de Incorporação de Acervo Líquido Cindido com data-base de 31 de março de 2021, celebrado entre a EDP Goiás e a CELGPAR. A cisão parcial ocorreu efetivamente em 30 de setembro de 2021, e teve os seguintes aspectos:

- Cisão parcial da EDP Goiás, com versão do acervo líquido cindido para a CELGPAR, nos termos e condições descritos no Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e conforme Laudo de Avaliação Contábil;
- A CELGPAR sucedeu a EDP Goiás em todos os seus direitos e obrigações relativos ao acervo líquido cindido do patrimônio da EDP Goiás que lhe foi vertido, conforme Art. 229, §1º, da Lei nº 6.404/1976;
- A eficácia da Cisão Parcial esteve sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("Condição Suspensiva"); e
- A Diretoria da EDP Goiás constatou a Condição Suspensiva e a eficácia da Cisão Parcial e convocou nova Assembleia Geral Extraordinária, objetivando promover a deliberação das seguintes matérias: alteração da Denominação Social de "Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT" para "Celg Transmissão S.A. – CELG T", atualmente denominada como EDP Goiás S.A.; e modificação do Estatuto Social, visando refletir os seguintes aspectos: a nova Denominação Social; a Redução do Capital Social; e o novo Objeto Social, compreendendo, exclusivamente, atividades de transmissão.

Dessa forma, as operações dos seguintes ativos e passivos foram descontinuadas e cindidos para a CELGPAR:

- As atividades de geração relacionadas à PCH São Domingos (Portaria MME nº 352/2013), PCH Rochedo (Contrato de Concessão nº 002/2016), CGH Mambai (Contrato de Concessão nº 062/2000), e, os estudos de inventários para construção de aproveitamentos hidrelétricos;
- As participações societárias permanentes nas seguintes investidas: Energética Corumbá III S.A., Energética Fazenda Velha S.A., Pantanal Transmissão S.A., Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., Lago Azul Transmissão S.A., Firminópolis Transmissão S.A., e Planalto Solar Park S.A.; e
- Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à EDP Goiás conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da CELGPAR.

17.1 Demonstração do Resultado

Os resultados das operações descontinuadas, que foram incluídos no resultado do exercício são:

	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	9.533
Custo de construção	(1.130)
Custos operacionais	(3.014)
Lucro operacional antes dos outros resultados	5.389
Outras resultados operacionais	(970)
Resultado de equivalência patrimonial	15.735
Resultado financeiro	239
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	20.393
Resultado financeiro	(1.621)
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	<u>18.772</u>

17.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Os fluxos de caixa das Operações Descontinuadas são os seguintes:

	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Pagamento a fornecedores	(1.378)
Pagamento de salários e encargos sociais	(2.395)
Pagamento de tributos e encargos setoriais	(691)
Outras despesas operacionais e administrativas	(26)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	<u>(4.490)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	3.886
Aquisição de ativo de contrato	(1.163)
Aquisição de imobilizado	(464)
Outros	2.725
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>4.984</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>494</u>

17.3 Balanço Patrimonial

Os ativos e passivos líquidos das operações descontinuadas reduziram o capital social e reservas de lucros da EDP Goiás, na forma de cisão parcial, após a anuência prévia da ANEEL, conforme discriminado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>
ATIVO	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	6.598
Contas a receber	2.612
Estoques	44
Despesas antecipadas	40
Ativo de contrato	5.212
Outros ativos	1.722
	<u>16.228</u>
Não Circulante	
Realizável a longo prazo	
Ativo de contrato	61.236
Outros ativos	10.632
Investimentos	286.722
Imobilizado	4.775
Intangível	8.381
	<u>371.746</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>387.974</u>
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	581
Tributos	2.129
Encargos setoriais	41
	<u>2.751</u>
Não Circulante	
Tributos diferidos	22.149
	<u>22.149</u>
Patrimônio Líquido	
Capital social	341.699
Reservas de lucros	21.375
	<u>363.074</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>387.974</u>

18 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento foram ajustados ao valor justo de acordo com o CPC 28 - Propriedade para investimento, com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes após a aquisição da Companhia:

O valor justo dos terrenos foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2022</u>
Terrenos	53.552	(1.065)	52.487
	<u>53.552</u>	<u>(1.065)</u>	<u>52.487</u>

• **Terrenos:** Referem-se, aos Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Companhia, com anuência da CELGPAR. Os terrenos estão localizados no estado de Goiás.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Os empréstimos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022				31/12/2021			
									Encargos		Principal		Encargos		Principal	
									Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
CCB BRASIL - 511600554	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6K do Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 004/2016, localizadas no imóvel de terceiros conforme Contrato de Compartilhamento de Instalações CCI N°001/2016 - SMTE 2016 assinado entre Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. e Celg Geração e Transmissão S/A, situada no município de Luziânia, no Estado de Goiás.	IPCA + 4,225% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	379	4.853	33.037	38.269	624	4.853	38.018	43.495
(-) Custo de transação	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030						(45)	(323)	(368)		(45)	(356)	(401)
CCB BRASIL - 511600555	9.132	26/09/2018	7.414	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º transformador 230/69KV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel situado na BR 153 (sentido Itumbiara-Goiânia), Perímetro Urbano, matrícula 11.392, situada no município de Itumbiara, Estado de Goiás.	IPCA + 5,163% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32	411	2.808	3.251	56	411	3.220	3.687
(-) Custo de transação	(125)	26/09/2018	(125)	26/09/2018 a 01/10/2030						(7)	(50)	(57)		(7)	(56)	(63)
CCB BRASIL - 511600556	6.260	26/09/2018	4.521	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à instalação do 4º banco de transformadores 230/138KV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Caraíbas, matrícula 11.999, situada no município de Goiânia, Estado de Goiás.	IPCA + 5,163% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53	674	4.607	5.334	91	674	5.279	6.044
(-) Custo de transação	(85)	26/09/2018	(85)	26/09/2018 a 01/10/2030						(10)	(73)	(83)		(10)	(81)	(91)
CCB BRASIL - 511600557	8.309	26/09/2018	7.923	26/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à instalação do 2º banco de transformadores 230/138KV - 150MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda São Domingos, matrícula nº 2.001, nº2.101 e nº 2.617 de propriedade da CELG Distribuição S.A., situada no município de Firmínópolis, Estado de Goiás.	IPCA + 4,225% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	56	720	4.922	5.698	93	720	5.642	6.455
(-) Custo de transação	(113)	26/09/2018	(113)	26/09/2018 a 01/10/2030						(9)	(68)	(77)		(9)	(74)	(83)
CCB BRASIL - 511600561	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	O crédito deferido destina-se à construção, operação e manutenção de instalação de transmissões, caracterizadas no Anexo 6-F do Edital do Leilão nº 04/2014-ANEEL, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 003/2015, localizadas numa área de terra situada numa faixa de 40 m de largura, com aproximadamente 11Km de extensão, com origem na Subestação Itumbiara e término na Subestação Paranaíba, no Estado de Goiás.	IPCA + 5,163% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57	731	4.993	5.781	99	731	5.724	6.554
(-) Custo de transação	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030						(10)	(69)	(79)		(10)	(76)	(86)

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2022				31/12/2021			
									Encargos		Principal		Encargos		Principal	
									Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
CCB BRASIL - 511600669	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Camarão lugar Córrego Areira, matrícula nº 2.413 e imóvel de matrícula 23.485, situada no município de Palmeiras de Goiás, Estado de Goiás.	IPCA + 4,694% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	48	571	4.190	4.809	80	571	4.761	5.412
(-) Custo de transação	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031						(7)	(55)	(62)		(7)	(61)	(68)
CCB BRASIL - 511600670	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	O crédito deferido destina-se à instalação do 2 Bancos de Autotransformadores 230/138/13,8kV (6x75 MVA) e conexões, em substituição aos atuais, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio, matrícula nº 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	IPCA + 4,694% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	100	1.201	8.805	10.106	168	1.201	10.005	11.374
(-) Custo de transação	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031						(15)	(115)	(130)		(15)	(127)	(142)
CCB BRASIL - 511600682	7.004	15/05/2019	6.968	15/05/2019 a 01/05/2031	O crédito deferido destina-se à instalação de Transformador Trifásico 230/69/13,8 kV - 50 MVA, ativação do transformador reserva e conexões, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 5444, de 01 de setembro de 2015, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Córrego Fundo, matrícula nº 1.026, situada no município de Morrinhos, Estado de Goiás.	IPCA + 4,454% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53	633	4.636	5.322	88	633	5.332	6.053
(-) Custo de transação	(96)	15/05/2019	(96)	15/05/2019 a 01/05/2031						(8)	(60)	(68)		(8)	(67)	(75)
CCB BRASIL - 511600785	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	O crédito deferido destina-se à instalação do 3º Transformador Trifásico TR3 230/69/13,8 kV - 50MVA, caracterizadas na Resolução Autorizativa nº 4.891, de 29 de outubro de 2014, conforme descrito no Contrato de Concessão nº 063/2001-ANEEL, localizada no imóvel Fazenda Santo Antônio - José Fidelis, matrícula 171.514, situada no município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.	IPCA + 4,356% a.a.	Principal e Juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	82	993	7.227	8.302	126	1.010	8.179	9.315
(-) Custo de transação	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031						(14)	(109)	(123)		(15)	(118)	(133)
Total									860	10.662	74.303	85.825	1.425	10.678	85.144	97.247

Não há cláusulas de *covenants* para os empréstimos mencionado acima.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$86.872 em 31 de dezembro de 2022.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	10.804	(10.748)		10.743		(12)	10.787
Juros	1.425	(9.958)	9.393				860
Custo de transação	(126)			(94)	95		(125)
	<u>12.103</u>	<u>(20.706)</u>	<u>9.393</u>	<u>10.649</u>	<u>95</u>	<u>(12)</u>	<u>11.522</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	86.160			(10.743)		(192)	75.225
Custo de transação	(1.016)			94			(922)
	<u>85.144</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.649)</u>	<u>-</u>	<u>(192)</u>	<u>74.303</u>

19.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Total
Circulante	
2023	11.522
	<u>11.522</u>
Não circulante	
2024	10.744
2025	10.744
2026	10.744
2027	10.744
2028	10.744
2029 até 2033	20.583
	<u>74.303</u>
Total	<u>85.825</u>

20 Benefícios pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição definida	31	264	413	1.498
	<u>31</u>	<u>264</u>	<u>413</u>	<u>1.498</u>

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

20.1.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra01 – Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

20.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

20.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(9)		(9)
Custo dos juros	(788)	660	(128)
Ganhos/(perdas) atuariais	(2.229)	3.402	1.173
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036

As contribuições da Companhia esperadas neste plano para o exercício de 2023 é de R\$19.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$126 (R\$1.364 em 31 de dezembro de 2021).

20.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	CELGPREV	ELETRA 01
Circulante		
2023	747	123
	747	123
Não circulante		
2024	769	127
2025	796	131
2026	823	135
2027	851	139
2028 a 2032	4.662	751
	7.901	1.283
Total	8.648	1.406

20.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2022	2021
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		9	55
Custo dos juros	27	128	216
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		137	271
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		(3.403)	(128)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		2.427	577
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(197)	(2.408)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(1.173)	(1.959)
Total		(1.036)	(1.688)

20.1.1.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2022
Participantes ativos	31
Participantes assistidos	
Aposentados e pensionistas	13
	13
Total	44

20.1.1.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	Obrigações dos planos			
	2022		2021	
	CELGPREV	ELETRA 01	CELGPREV	ELETRA 01
Pressupostos centrais	9.627	1.636	7.159	2.130
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	9.127	1.551	6.931	2.067
Redução em 0,5%	10.025	1.698	7.314	2.168
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	9.730	1.658	7.232	2.156

20.1.1.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2022		2021	
	CELPREV	ELETRA 01	CELPREV	ELETRA 01
Taxa de desconto - nominal	9,86%	9,86%	8,89%	8,89%
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	n/a	4,87% a.a.	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000 M, suavizada em 10%	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85	IAPB 57 Forte	MI 85	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	n/a	TASA 1927, suavizada em 50%	n/a

20.1.2 Contribuição definida

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$829 (R\$1.537 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores (138 em 31 de dezembro de 2021).

21 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualizações monetárias	Pagamentos / Recebimentos	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	21.1	3.894	22.378		(20.942)		5.330
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		24			(24)		-
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	21.2	2.130	2.257	261	(1.556)		3.092
Outros encargos		369	6.552		(6.746)	(93)	82
Total		6.417	31.187	261	(29.268)	(93)	8.504
Circulante		4.537					7.151
Não circulante		1.880					1.353
Total		6.417					8.504

21.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, anuídos pela ANEEL.

21.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

22 Provisões

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	01/01/2021
Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias	22.1	3.475	5.128	7.096
Licenças ambientais	22.2	916	2.003	5.195
Total		4.391	7.131	12.291
				7.081

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões trabalhistas, fiscais e regulatórias

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo					Ativo		
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial	
								31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	22.1.1.1	2.937	4.250	(2.363)	(615)	490	4.699	465	2.579
Cíveis		102			(34)	17	85		
Fiscais	22.1.1.2	825			(406)	(75)	344		
Regulatórias	22.1.1.3	3.232		(211)		454	3.475		
		<u>7.096</u>	<u>4.250</u>	<u>(2.574)</u>	<u>(1.055)</u>	<u>886</u>	<u>8.603</u>	<u>465</u>	<u>2.579</u>
Circulante		-					3.475		
Não circulante		<u>7.096</u>					<u>5.128</u>	<u>465</u>	<u>2.579</u>
Total		<u>7.096</u>					<u>8.603</u>	<u>465</u>	<u>2.579</u>

22.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

22.1.1.2 Fiscais

Processos administrativos, os quais tratam de créditos não homologados pela Receita Federal, decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2016). Em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$348. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

22.1.1.3 Regulatórias

Referem-se aos autos de infração aplicados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE/ANEEL).

22.1.2 Risco de perda possível

		Ativo		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Depósito judicial 31/12/2022
Trabalhistas	22.1.2.1	4.755	230	6
Cíveis	22.1.2.2	8.000	521	
Fiscais	22.1.2.3	917		
Total		<u>13.672</u>	<u>751</u>	<u>6</u>

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

22.1.2.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e equiparação salarial.

22.1.2.2 Cíveis

- Processo nº 5529020-74.2021.8.09.0051 em trâmite na 16ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, movido pela Embrace Participações LTDA., por suposto desequilíbrio econômico, considerando a existência de solo diverso no local da obra, divergindo do apresentado pela Companhia. Afirma que a previsão original de escavação de 1.158,28 m3 se manteve, mas foi realizada em solo de 3ª categoria, tendo recebido pela escavação em solo de 2ª categoria, razão pela qual pleiteia a diferença de preço. Além disso, a Embrace também pleiteia o acréscimo de 16 meses, entendendo como devido o valor de mensal de R\$61. Tal pedido foi fundamentado, na interpretação da demandante, tendo como relação a permanência da equipe no local da obra, quanto ao período da mobilização da equipe no canteiro de obra. Atualmente o processo encontra-se aguardando designação de perícia. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 4.253.
- Processos de natureza cível, relacionados às desapropriações, cuja perda foi estimada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.724.

22.1.2.3 Fiscais

Processos administrativos federais, os quais tratam de créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (2015, 2016 e 2017) não homologados e multa isolada. Em 31 de dezembro de 2022 é de R\$917. A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

22.1.3 Risco de perda remota

Existem também processos de natureza cíveis e trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$85.

22.2 Licenças Ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,95% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Saldo em 01/01/2021	Adições	Saldo em 31/12/2021		AVP	Reversão (Nota 22.2.2)	Saldo em 31/12/2022
			Reapresentado	Transferências			
Não circulante	-	5.195		5.195			
Total	<u>-</u>	<u>5.195</u>		<u>5.195</u>			
Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Adições (Nota 22.2.1)	Transferências	AVP	Reversão (Nota 22.2.2)	Saldo em 31/12/2022	
	Reapresentado						
Circulante	-	962	5.195	(46)	(5.195)	916	
Não circulante	5.195	2.503	(5.195)	(500)		2.003	
Total	<u>5.195</u>	<u>3.465</u>	<u>-</u>	<u>(546)</u>	<u>(5.195)</u>	<u>2.919</u>	

22.2.1 Adições

As adições de R\$3.465, referem-se à estimativa de gastos com programas ambientais que ocorreram no exercício de 2022.

22.2.2 Reversão

A reversão de R\$5.195 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais realizado pela Companhia.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$328.750 (R\$328.750 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e integralizado, representado por 329.725.474 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do Capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Qtde. de ações	Percentual de participação	Qtde. de ações	Percentual de participação
Santa Leopoldina	329.721.899	99,9989%		
Companhia Celg de Participações - CELPAR			329.704.422	99,9936%
Outros	3.575	0,0011%	21.052	0,0064%
Total	329.725.474	100,00%	329.725.474	100,00%

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		185.716	109.846
Ajuste de exercícios anteriores	5.2	(44.903)	(6.346)
Lucro líquido ajustado		140.813	103.500
Constituição da reserva legal - 5%	23.3	(7.040)	(7.420)
		133.773	89.734
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	16	71.963	
Dividendos complementares obrigatórios	16		35.246
Reserva de lucros			105.737
Dividendo adicional proposto		61.810	
		133.773	140.983

23.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de lucros			
Legal	23.2	46.724	39.684
Retenção de lucros	23.3.1	734.753	734.753
Dividendo adicional proposto		61.810	
		843.287	774.437

23.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Investimentos da Companhia devido a mesma estar em fase de construção, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	31/12/2021	Ganhos	IRPJ/CSLL	31/12/2022
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(1.365)	1.173		(192)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	-		66	66
	(1.365)	1.173	66	(126)

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

• Receita de construção da Infraestrutura de construção

A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 está entre de 5,13% e 44,71% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado pela Companhia e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (taxa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

• **Receita de Operação e Manutenção (O&M)**

A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção de linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 equivalem a 120,00% e 200,00%.

Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobrança pelo ONS.

• **Remuneração dos Ativos da concessão**

O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento.

A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia é de 9,15% a 13,65% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2022	2021
			Reapresentado
Energia de curto prazo			365
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	13 e 24.1	120.816	19.838
Remuneração dos Ativos da concessão	13	172.837	167.489
Receita de Operação e Manutenção (O&M)		108.231	88.215
Parcela Variável – IPCA		75.789	
Outras receitas operacionais	24.2	5.912	
Receita operacional bruta		483.585	275.907
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS diferidos		(44.702)	(25.500)
ISS		(39)	
		<u>(44.741)</u>	<u>(25.500)</u>
Encargos do consumidor			
P&D		(2.257)	(2.138)
CDE		(22.378)	(14.531)
PROINFA - Consumidores Livres			(3.030)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(63)
Outros encargos		(6.552)	(880)
		<u>(31.187)</u>	<u>(20.642)</u>
Receita		407.657	229.765

24.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão

O aumento no exercício refere-se aos investimentos realizados pela Companhia no reforço autorizado pela ANEEL na Subestação Itapaci.

24.2 Outras receitas operacionais

O montante, refere-se, substancialmente, dos serviços de Operação Remota através do COG, o qual foi anuído a compra através do Despacho 3.588 de 15 de dezembro de 2022 entre a Companhia e a parte relacionada EDP Tranding Comercialização e Serviços de Energia S.A (Nota 11).

25 Custo de construção da infraestrutura da concessão e custo da operação

25.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão

	Nota	2022	2021
			Reapresentado
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.1	572	2.417
Material		52.700	7.525
Serviços de terceiros	26.2	47.889	10.963
Outras		281	1.008
Total		101.442	21.913

25.2 Custo de operação

	Nota	2022	2021
			Reapresentado
Energia elétrica comprada para revenda			1
Encargos de uso da rede elétrica			175
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.1	43.980	21.979
Material		979	2.494
Serviços de terceiros	26.2	7.330	8.369
Amortização		(3.819)	5.268
PECLD / perdas líquidas			(368)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			(5)
Arrendamentos e aluguéis		673	18
Outras		1.274	1.345
Total		50.417	39.276

26 Despesas e Receitas operacionais

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	Despesas operacionais					
		2022			2021		
		Gerais e Administrativas	Outras	Total	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	26.1	7.423		7.423	25.036		25.036
Material		936		936	749		749
Serviços de terceiros	26.2	7.531		7.531	4.391		4.391
Depreciação - Imobilizado em serviço		796		796			-
Depreciação - Ativos de direito de uso		55		55	695		695
Amortização				-	71		71
PECLD / perdas líquidas			287	287	(224)		(224)
Provisões			3.195	3.195	1.296		1.296
Arrendamentos e aluguéis		521		521	365		365
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			105	105			-
Outras	26.3	1.248	2.451	3.699	1.251	(2.686)	(1.435)
Total		18.510	6.038	24.548	33.630	(2.686)	30.944

26.1 Pessoal

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	19.881	29.641
Encargos	6.871	9.262
Previdência privada - Corrente	867	1.401
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		216
Programa de demissão voluntária	7.864	
Despesas rescisórias	7.544	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.709	
Outros benefícios - Corrente	4.135	6.271
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	3	
Outros	144	72
	50.018	46.863
Administradores		
Honorários e encargos	1.233	2.490
Benefícios dos administradores	152	79
	1.385	2.569
	51.403	49.432

26.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	3.159	5.041
Serviços de manutenção	4.360	6.960
Serviços de limpeza e vigilância	3.597	5.742
Serviços ambientais	639	1.020
Serviços de informática	1.667	2.661
Serviços de publicação e publicidade	1	2
Serviços de telecomunicações	609	972
Serviços de transporte	766	1.223
Serviços Compartilhados	(723)	(1.154)
Outros	786	1.256
	14.861	23.723

26.3 Outras

A variação no exercício refere-se ao reconhecimento da perda pela alienação e desativação de bens em 2021, após os laudos realizados sobre imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Companhia conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da CELGPARG, para o qual houve o reconhecimento de ajuste ao valor justo de imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A.

27 Resultado Financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras	7	24.961	7.578
Depósitos judiciais	12	6	
Outros juros e variações monetárias			1.029
Ajustes a valor presente			179
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(1.218)	(510)
Outras receitas financeiras		<u>322</u>	<u>922</u>
		<u>24.071</u>	<u>9.198</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	19.2	(9.284)	(16.342)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	9	(22)	
Provisões	22.1.1	(886)	
Benefícios pós-emprego	20.1.1.4	(128)	
Arrendamentos e alugueis		9	
Outros juros e variações monetárias			(364)
Outras despesas financeiras		<u>(402)</u>	<u>(17)</u>
		<u>(10.713)</u>	<u>(16.723)</u>
		<u>13.358</u>	<u>(7.525)</u>

28 Impostos de renda e Contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	244.608	144.157
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(83.167)	(46.455)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(47)	(41)
Juros sobre o capital próprio	24.466	22
Outras	(144)	916
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(58.892)</u>	<u>(45.558)</u>
Alíquota efetiva	24,08%	31,60%

29 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	185.716	109.846
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	<u>329.722</u>	<u>329.722</u>
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,56325</u>	<u>0,33315</u>

30 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

30.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

30.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios do Grupo. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

30.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 19, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado à IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

30.2.1.1 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	214.751	26.866			241.617	6.914	13.916	(6.831)	(13.583)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	10.937	1.295	769		13.001	6.914	13.916	(6.831)	(13.583)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	225.688	28.161	769	-	254.618	13.828	27.832	(13.662)	(27.166)
Operação	Risco									
Empréstimos e financiamentos	IPCA	86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)	55.115	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	86.872	(8.126)	(18.889)	(4.742)	55.115	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a. e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

30.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 19. Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 13) cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	21.017	4.221	375			25.613	2.864
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.755	2.685	7.082	53.074	21.229	85.825	97.247
Arrendamentos e aluguéis	21	63	152	303	154	693	
Licenças Ambientais	182	314	420	2.003		2.919	5.195
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				26		26	
	22.975	7.283	8.029	55.406	21.383	115.076	105.306

30.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

30.2.4 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

30.2.5 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

30.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nota explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

30.2.7 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 33).

30.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	85.825	97.247
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(215.892)	(196.090)
(-) Cauções	(10.937)	(12.880)
Dívida líquida	(141.004)	(111.723)
Total do Patrimônio Líquido	1.171.911	1.056.919
Total do capital	1.030.907	945.196
Índice de alavancagem financeira - %	-13,68%	-11,82%

31 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

31.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
				Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	12	12.880	(3.349)	1.406	-	10.937
		12.880	(3.349)	1.406	-	10.937
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	16	35.246	(35.246)		61.169	61.169
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	97.247	(20.706)	(204)	9.488	85.825
Arrendamentos e aluguéis		-	(104)	(9)	806	693
		132.493	(56.056)	(213)	71.463	147.687
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		119.613	(52.707)	(1.619)	71.463	136.750

	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
			Variação monetária e cambial	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	39.340	(39.340)		35.246	35.246
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	106.440	(25.535)	16.216	126	97.247
Acionistas não controladores					
Capital social	670.449			(341.699)	328.750
Movimento relativo às atividades de financiamento	816.229	(64.875)	16.216	(306.327)	461.243

31.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	61.169	35.246
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	2.919	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	806	
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão	25.613	
Total	90.507	35.246

32 Compromissos contratuais e Garantias

32.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

	31/12/2022				Total geral
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	
Responsabilidades com locações operacionais	126	157			283
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	166	245	193		604
Materiais e serviços	104.123	22.649	4.857	2.477	134.106
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	8.126	10.061	6.117	3.220	27.524
	<u>112.541</u>	<u>33.112</u>	<u>11.167</u>	<u>5.697</u>	<u>162.517</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				Total geral
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	
Responsabilidades com locações operacionais	122	167			289
Obrigações de compra					
Encargos de conexão e transporte de energia	160	263	238		661
Materiais e serviços	100.523	24.187	5.883	4.299	134.892
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	7.927	13.181	9.602	5.960	36.670
	<u>108.732</u>	<u>37.798</u>	<u>15.723</u>	<u>10.259</u>	<u>172.512</u>

32.2 Garantias

32.2.1 Seguro garantia

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2022 de R\$4.557, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão.

Os valores em garantia referente os Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), estão demonstrados em sua respectiva nota.

33 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	380.035	100.000
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (veículos)		360.000
Seguro de vida	24.824	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

O seguro de Responsabilidade Civil - Engenharia possui como segurado a Companhia e os respectivos contratos e subcontratos que estão operando no sítio da obra.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

34 Evento subsequente

34.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais conseqüências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manoel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Gleyson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Parcerias

Luiz Felipe Falcone de Souza
Diretor de Relações Institucionais

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de O&M

André Caetano Rocha de Andrade
Diretor de Obras, Reforços e Melhorias

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O "S" GO